

Ângela Borba, Nalu Faria,
Tatau Godinho (organizadoras),
Marta Suplicy, Maria Victoria Benevides,
Luci Choinaski, Andréa Butto,
Hildete Pereira de Melo, Ivete Garcia,
Lígia Mendonça, Márcia Camargo,
Maria Berenice Godinho Delgado (Didice),
Matilde Ribeiro, Vera Soares

MULHER E POLÍTICA

Gênero e feminismo no
Partido dos Trabalhadores



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Sexualidade e feminismo



Nalu Faria

“Da mesma forma que o gênero, a sexualidade é política. Está organizada em sistemas de poder que alentam e recompensam alguns indivíduos e atividades, enquanto castigam e suprimem outros e outras. Assim como a organização capitalista do trabalho e sua distribuição de recompensas e poderes, o tema sexual tem sido objeto de luta política desde que apareceu e como tal tem se desenvolvido. Porém, se as disputas entre trabalho e capital estão mistificadas, os conflitos sexuais estão camuflados.”

Gayle Rubin

“Na vida das mulheres a tensão entre o perigo e o prazer sexual é muito poderosa. A sexualidade é um terreno de constrangimento, de repressão e perigo, e um terreno de exploração, prazer e atuação. Centrar-se só no prazer e gratificação deixa de lado a estrutura patriarcal em que atuam as mulheres. Entretanto, falar só de violência e opressão deixa de lado a experiência das mulheres no terreno da atuação e da eleição sexual e aumenta, sem se pretender, o terror, o desamparo sexual com que vivem as mulheres.”

Carol Vance

No tratamento da sexualidade, o feminismo incorpora contribuições vindas de várias fontes teóricas e das experiências de conquista de autonomia das mulheres. Este artigo tem por objetivo

Nalu Faria

Psicóloga, membro da Secretaria Nacional de Mulheres do PT e Coordenadora da SOF — Sempreviva Organização Feminista. Foi membro do Diretório Nacional do PT (1995-97).

contribuir para o debate sobre uma política para a sexualidade dentro do feminismo. O ponto de partida é a defesa que o feminismo faz da emancipação feminina e da autonomia sexual para as mulheres. Sob este foco, em muitos aspectos, serão feitas referências à sexualidade masculina, uma vez que os problemas e a vivência das mulheres estão vinculados, em grande parte, aos homens, seja pelas relações heterossexuais, seja pela forma como a sexualidade é construída em uma sociedade marcada pela opressão das mulheres e pela desigualdade de gênero.

A cultura ocidental continua sendo muito ambígua em relação à sexualidade das mulheres, tanto que estabeleceu como pacto tradicional entre homens e mulheres um duplo padrão: se as mulheres são assexuadas — virtuosas —, a elas se reserva a proteção masculina; se expressam seu desejo são consideradas profanas e, portanto, a essas é dirigido o desrespeito, a humilhação. Este binômio é chamado vulgarmente de “as santas e as putas” ou as “boas e más meninas”. Como diz Lynn Segal (1995, p. 21)

“não é fácil romper os códigos que vinculam a sexualidade ativa com as polaridades hierárquicas de gênero. As mulheres são continuamente freadas, tanto pela linguagem e pela cultura como pelas políticas de gênero vigentes, para que não afirmem um desejo sexual ativo como mulheres”.

A sexualidade no feminismo

Desde o século XIX, nunca houve, entre as feministas, uma visão única sobre como tratar a questão da sexualidade. A primeira onda do século passado teve uma postura majoritariamente protecionista, cujo ponto de partida era a visão de que as mulheres teriam de cultivar a pureza como forma de conseguir respeitabilidade e, por isso, uma grande parte da ação do movimento neste campo foi de crítica à prostituição. Essa posição compartia de uma interpretação, comum àquela época, de que a expressão do desejo feminino incitava a agressividade masculina, assim como uma visão de que a sexualidade das mulheres era intrinsecamente passiva e só poderia florescer em uma situação de segurança.

A segunda onda feminista, na década de 1960, foi mais exploratória e expansionista, acreditando que as mulheres “podiam aventurar-se a manifestar sua sexualidade de formas mais visíveis e atrevidas” (VANCE, 1989, p. 10), principalmente devido às mudanças materiais que favoreciam a maior autonomia das mulheres, como o trabalho assalariado, a anticoncepção, o direito ao aborto, a vida urbana.

Nesta retomada do feminismo, um primeiro aspecto fundamental foi o questionamento da separação entre pessoal e político e a argumentação de que o que se vive na vida privada também é político. Um segundo aspecto foi a construção de uma compreensão da sexualidade dentro de uma visão geral de relações humanas, questionando a vinculação entre sexualidade e maternidade e colocando a importância de desenvolver a auto-estima das mulheres e a necessidade de a sexualidade ser vista a partir do âmbito mais geral de relações de intimidade, de contato humano. Mas também denunciando a exploração vivida pelas mulheres, inclusive o estupro dentro do casamento (antes considerado uma prerrogativa dos homens), construindo uma consciência sobre o assédio sexual, enfim, colocando a necessidade de redefinição nas relações entre homens e mulheres no conjunto das relações sociais e, em particular, na sexualidade.

As feministas questionaram a supremacia masculina nas relações sexuais e defenderam as mulheres como seres sexuais, abordaram a necessidade de conhecimento do próprio corpo e do desejo (não por meio do desejo do “outro”), reivindicaram o prazer sexual feminino e o papel do clitóris, questionaram o coito como a única forma de relação sexual. Num primeiro momento, o movimento feminista foi bastante influenciado pelas teorias de Masters e Johnson, Shere Hite e Kinsey, enfatizando a importância do conhecimento do próprio corpo e como saber excitá-lo adequadamente. Com certeza esse foi um passo importante e fundamental para muitas mulheres que nunca haviam ouvido falar do clitóris ou que jamais haviam se atrevido a olhar os genitais. Porém, posteriormente, houve o desenvolvimento da consciência de que o corpo, com suas zonas erógenas e terminações nervosas, tem um papel importante, porém não exclusivo, na sexualidade. A experiência sexual envolve

a totalidade da pessoa e nela entram em jogo vários fatores psicológicos, fantasias, desejos, proibições e normas às vezes conscientes, às vezes não.

O feminismo sempre teve dificuldades para trabalhar com a diversidade de experiências das mulheres e isso se deu também em relação à sexualidade. De fato, inicialmente, dentro do feminismo se consolidou uma análise hegemônica, significativamente restrita à sexualidade das mulheres brancas de classe média e heterossexuais, e que teve dificuldades de lidar com as tensões advindas das diferenças de idade e de raça. Da mesma forma, até o começo dos anos 80, a política do movimento feminista em relação à sexualidade se movia dentro dos limites da heterossexualidade. Foi sobretudo a partir da ação dos coletivos de feministas lésbicos que houve o questionamento da heterossexualidade como “norma de cumprimento obrigatório” e a colocação do desejo lésbico como uma possibilidade para todas as mulheres (GARAIZABAL, 1992, p. 51).

Mesmo considerando estes avanços, a avaliação de muitas feministas é que ainda conhecemos pouco a experiência sexual das mulheres, o que gera o desejo e o prazer feminino. A discussão da sexualidade é bastante complexa e sua compreensão e estudo teórico exigem a articulação de várias disciplinas. Sua análise envolve a articulação da cultura de cada povo e seus símbolos, a conexão entre indivíduo e coletivo, entre corpo e cultura e o momento histórico em que é vivida; e, finalmente, entra no terreno das relações individuais, o que dificulta a generalização.

A vivência da sexualidade feminina

Como afirmou Carol Vance (1989), a sexualidade é um terreno que coloca as mulheres em uma tensão entre o perigo e o prazer. É uma experiência ao mesmo tempo de alegria e tristeza, humilhação e prazer. Não é só subordinação ao poder masculino, ao modelo dominante, mas tampouco uma experiência de completa liberdade e satisfação. Desta forma, existem muitas mulheres que nunca experimentaram o prazer. A questão que se coloca é como defender o direito das mulheres de expressar seu desejo e ao mesmo tempo

combater os perigos, uma vez que estamos em uma sociedade patriarcal e de opressão às mulheres.

A revolução sexual dos anos 60 e a maior autonomia sexual adquirida com as conquistas feministas — como o direito ao aborto em muitos países, a disseminação de métodos contraceptivos, a diminuição de alguns tabus, que possibilitaram a expansão da sexualidade feminina — por um lado tornou o prazer mais acessível às mulheres e as tornou mais visíveis mas, por outro, também aumentou sua vulnerabilidade, uma vez que se mantiveram várias das estruturas patriarcais. Aumentou sua vulnerabilidade pois ficaram mais expostas, uma vez que, sempre que as mulheres expressam o seu desejo se deslocam na fronteira na qual são consideradas virtuosas ou profanas, crescendo o desrespeito e a agressividade sobre elas. Além disso, a maior expressão das mulheres é utilizada como justificativa para a violência masculina. Isto coloca as mulheres premiadas pelas limitações e contradições ou alertas diante do que pode representar perigo face à violência sexista: agressões, estupro, assédio, as diferentes formas de prepotência masculina de muitos homens. A interiorização que muitas mulheres fazem do sistema de gênero também contribui para que vivam a sexualidade como algo perigoso. Experimentam o medo de conhecer e viver os desejos, de perder os limites do próprio corpo, das dependências e as vivências contraditórias que muitas vezes implicam, por exemplo, fantasias que não correspondem aos critérios ideológicos vigentes.

O modelo sexual dominante

A forma que a cultura dominante tem utilizado para normatizar a vivência da sexualidade é estabelecer um modelo dominante, em que se considera que todos e todas têm de se enquadrar. Pode-se dizer que o atual modelo sexual hegemônico é fruto da luta dos oprimidos pela autonomia sexual, misturado aos elementos do capitalismo e da cultura patriarcal, uma vez que alguns elementos da luta dos oprimidos foram assimilados. A função desse modelo é normatizar e hierarquizar o que é considerado como o “sexo bom”; e tudo que sai desta norma é estigmatizado.

Ainda hoje é considerada normal a sexualidade heterossexual, dentro do casamento monogâmico, ainda que tenha sido incorporada a possibilidade do prazer e, portanto, alargadas as fronteiras entre o perigo e o prazer.

Para as mulheres, a passividade

A passividade ainda é estimulada como modelo adequado de feminilidade e faz parte do que é considerado normal nas relações sexuais. Um exemplo é o fato de as mulheres ainda encontrarem dificuldades para negociar com seus parceiros o uso da camisinha mesmo diante de uma verdadeira epidemia de AIDS. O relato das adolescentes é que não podem exigir o uso da camisinha nem em uma primeira relação sexual pois isso indicaria que ela já estava premeditando fazer sexo e não apenas “cedeu à sedução” do namorado. Muitas mulheres sentem-se pressionadas a realizar algumas práticas sexuais que não desejam pois, se não o fizerem, seus companheiros “podem procurar outra na rua” e isso é considerado um ameaça para a relação. Um outro aspecto dessa norma dominante é a existência das relações sexuais forçadas dentro do casamento.

A sexologia e a psicanálise, desde o final do século passado, passaram a discutir e legitimar o prazer como um elemento nas relações sexuais, deixando de ver o sexo apenas a partir da função de reprodução. No entanto, ainda hoje, para as mulheres o modelo sexual dominante está muito centrado na reprodução. Basta citar como exemplo a exigência da maternidade e a questão do aborto. O aborto continua sendo crime em muitos países ou, quando menos, duramente atacado, como é o caso dos Estados Unidos. E sabemos que a criminalização do aborto é um forte pilar de sustentação da opressão das mulheres e de repressão da sexualidade feminina. A maternidade continua colocada como o ideal supremo de todas as mulheres, a sua maior realização.

O pensamento liberal, atualmente, busca passar uma imagem de que não existem relações de poder no âmbito da sexualidade entre homens e mulheres. Nas relações heterossexuais é claro! Nessa perspectiva as mulheres são apresentadas como ativas e igualitárias

companheiras sexuais dos homens. E são os meios de comunicação de massa, inclusive muitas revistas femininas, os principais transmissores dessa visão. As recomendações são de “como obter um homem”, como agradá-lo e, mais recentemente, as revistas femininas fazem matérias do tipo “os homens abrem o jogo, falam de suas fantasias ou do que mais lhes agrada em uma mulher” etc. etc. Essa retórica nega a amplitude da violência contra as mulheres e é voluntariamente cega à misoginia cultural e interpessoal.

Uma outra questão a ressaltar é a reação negativa quando as mulheres denunciam agressões como o assédio. As respostas são sempre no sentido de misturar assédio com sedução ou responsabilizar a mulher. Portanto, ainda prevalece a idéia de que várias expressões das mulheres dão, aos homens, o direito de dispor do seu corpo, de humilhar, de achar que ela está a sua disposição. Ainda é muito presente a idéia de que para as mulheres serem respeitadas devem ser assexuadas. Leia-se: passivas. Pois, na verdade, o que a cultura patriarcal exige é a passividade das mulheres diante da vida. Em todos os espaços — familiar, profissional, político — encontramos valores da cultura dominante que provocam o desrespeito ao direito e à autonomia das mulheres, que determinam uma convivência cotidiana com a desqualificação, em particular em relação à forma como ela exerce a sua sexualidade. Qualquer atitude que se distancie da norma é, ainda, considerada motivo ou justificativa para o desrespeito. A maior autonomia das mulheres e o fato de estarem sendo mais ativas, defendendo seu direito de ir e vir, colocou a necessidade de se redefinir o velho pacto. Mas ainda existem muitas resistências, justamente porque isto significa mudar as relações de poder entre homens e mulheres.

A imposição da heterossexualidade e suas limitações

Ao se analisar outras práticas fora da heterossexualidade e do casamento, fica ainda mais evidente a norma. Basta mencionar a discriminação contra o lesbianismo, considerado coisa de “sapatão, mulher-macho”, na qual é notória a indignação com a recusa das

mulheres em seguir um determinado tipo de feminilidade ainda associado à escolha sexual. Se a lésbica tem uma relação duradoura, e padrões de comportamento vistos como tipicamente femininos, existe maior tolerância. No entanto, se são mulheres que utilizam formas de vestir e de agir consideradas masculinas, o preconceito e a condenação são muito maiores, em nome do argumento de que estão reproduzindo, nesta relação, o autoritarismo masculino. E isso mesmo entre aqueles setores que já possuem uma visão menos preconcebida sobre os comportamentos sexuais. A imposição da heterossexualidade tem sido um dos aspectos fundamentais para a imposição dos gêneros. Hoje já se ampliou o universo do que é considerado “de mulher”, mas desde que as mulheres continuem sendo “femininas”, gostando de ser mães e exercendo sua sexualidade com e para os homens. Por outro lado, para os homens, desde cedo, o grande medo é perder sua identidade “masculina”, que se torne “uma mulherzinha”. A resistência diante desse risco aparece sempre vinculada à reafirmação das características masculinas e à escolha da heterossexualidade. Isso evidencia que a imposição da heterossexualidade se mantém como uma peça-chave da imposição dos gêneros.

Um outro aspecto a ser levantado sobre este modelo sexual dominante, identificado com as relações heterossexuais consideradas como as adequadas, é o fato de ser ainda bastante limitado à genitalidade e ao coito, e desconsiderar outras formas de expressão da sexualidade. Esse fato nos mostra que, em geral, tanto homens como mulheres ainda vivem sua sexualidade de forma limitada e muitas vezes até empobrecida. Nunca é muito reafirmar, entretanto, que com certeza alguns aspectos são mais acirrados para as mulheres. Ou seja, o fato de as práticas sexuais terem sido construídas tendo-se como referência a iniciativa masculina faz com que, na maioria das vezes, nas relações heterossexuais prevaleça o que os homens consideram desejável e a expressão do desejo das mulheres tenha menos, ou nenhum, espaço. Um exemplo disso é a freqüente imposição masculina do coito sexual; o não-reconhecimento, por exemplo, de que pode existir um limite entre jogo erótico e relações sexuais. Um limite da vontade ou do desejo. Quem não se lembra

de tantos relatos de mulheres que mantiveram relações sexuais em ocasiões em que não desejavam, basicamente porque se encontravam em situações nas quais o seu *não* não seria respeitado. E o ambiente em que isso ocorre pode ser em casa, em um motel, em relações mais duradouras ou ocasionais.

Diversidade e multiplicidade de experiências

A existência de um modelo dominante não enquadra todas as pessoas. Em relação à sexualidade feminina, mesmo nos momentos de maior repressão, nem todas as mulheres viveram sua sexualidade de acordo com esse modelo. Embora sejam estigmatizadas e castigadas mesmo quando estas práticas fazem parte do próprio modelo, como é o caso da prostituição.

Conhecemos pouco a sexualidade feminina, assim como herdamos formas bastante inadequadas para descrever essa experiência, desde o vocabulário até os estudos de sexologia. Portanto, é necessário construirmos nossos próprios instrumentos, nossos dados e nossa própria linguagem. Até mesmo porque sabemos pouco sobre a experiência sexual das mulheres, o que gera seu desejo e prazer, suas fantasias; é muito importante, para avançarmos, ter uma postura que reconheça a diversidade e a multiplicidade de práticas. Um mesmo ato sexual pode ter significados diferentes em diferentes culturas ou mesmo para cada indivíduo. É difícil estabelecer os limites entre fantasias e práticas. As fantasias ainda são como um terreno inexplorado, pouco conhecido e que precisa ser pesquisado se quisermos compreender a diversidade e a multiplicidade de experiências.

É fundamental considerarmos as mulheres como sujeitos ativos. Mesmo diante das contradições e ambigüidades que existem ao explorar sua sexualidade dentro de um contexto patriarcal, é importante encorajá-las a viver seu desejo de forma positiva e potencializadora de sua energias.

A história do feminismo mostra que no campo da sexualidade é difícil se fazer reivindicações. E nos momentos em que isso foi proposto caiu-se na tentativa de normatizar o que era uma sexualidade

politicamente correta do ponto de vista feminista. E, em seguida, houve posturas que estabeleciam julgamentos. O que deve ser feito é denunciar toda forma de violência, imposição e exploração mas não definir que tipo de sexo se pode ou se deve praticar.

Os limites das teorias de construção social

Na elaboração do movimento feminista existe um grande acordo no entendimento de que a sexualidade é construída socialmente, ou seja, que não é apenas um dado biológico. As teorias socio-construtivistas foram também muito importantes para afirmar que não existe uma essência da sexualidade, ou uma natureza sexual. Este é um dado importante, em primeiro lugar, para a discussão de que não existe uma suposta natureza sexual masculina agressiva e violenta e uma natureza sexual feminina doce e passiva. E, em segundo lugar, para desmistificar a idéia de que a sexualidade é algo do domínio privado e que não tem de ser discutida.

Porém, as teorias da construção social também apresentam alguns limites e, mesmo dentro do feminismo, muitas vezes serviram à interpretação de que certos comportamentos sexuais não são reais, nem legítimos. Alguns comportamentos são recompensados, como a heterossexualidade, a maternidade, o casamento. Outros, menos privilegiados, se vêem regulados e castigados. Por exemplo as relações *butch-femme*¹ ou o sadomasoquismo são práticas reais e, mesmo que não se esteja de acordo com a visão expressa por cada indivíduo — mulher ou homem —, a expressão de tais práticas é legítima nos marcos de uma relação consensual. Vale enfatizar que para a construção afirmativa da sexualidade das mulheres é importante que se vivam e se expressem os desejos e fantasias e que se conheçam quais são as práticas sem normatizar, nem hierarquizar.

Ainda dentro da discussão de construção social, outro risco é o de se concluir a partir daí que a sexualidade, se construída social-

1. Relações em que as duas mulheres de um casal de lésbicas representam, pelo menos formalmente falando, papéis claramente diferenciados que podemos identificar como masculino e feminino.

mente, pode facilmente ser desconstruída e reconstruída. A experiência mostra que não é tão simples assim. A orientação do desejo passa por processos culturais e sociais complexos. Ainda conhecemos muito pouco sobre a mutabilidade do desejo. Sabemos que existem pessoas que desde cedo se consideraram homo (com orientação homossexual) e, mesmo dentro de uma cultura homofóbica, permaneceram homo; ou pessoas hétero que mais tarde fizeram uma opção homo. Estas mudanças do desejo em diferentes etapas de seu ciclo vital ocorrem segundo razões que sugerem mais uma mudança interna do que a expressão adiada de um desejo “reprimido”.

Relação entre sexo e gênero

As teorias de construção social têm permitido perceber que sexo e gênero são campos separados ainda que, ao mesmo tempo, se interliguem e se misturem. O feminismo, no início, ao buscar separar maternidade de sexualidade estava justamente separando sexualidade de gênero. Esta tendência, entretanto, não se manteve e, posteriormente, a maioria das análises feministas discutia a sexualidade como uma categoria totalmente derivada da estrutura de desigualdade de gênero. Ou seja, consideravam que a sexualidade feminina é estruturada a partir das relações de gênero.

Atualmente, no entanto, várias feministas analisam que a sexualidade não é uma categoria residual do gênero, embora existam muitas ligações entre ambos. Além disso, o patriarcado tem procurado fundir gênero e sexualidade, ou seja, fazer com que mulheres e homens vivam sua sexualidade de acordo com os comportamentos esperados para cada gênero. No entanto, não se pode dizer que seja totalmente assim. Uma vez que sexo tem a ver com desejo e prazer, muitas pessoas vivem sua sexualidade com uma certa autonomia em relação à sua construção como gênero feminino ou masculino. Nossa tarefa é descrever e analisar como se estabelecem conexões culturais entre os corpos das mulheres e o que se entende por *mulher* ou *sexualidade feminina*. Uma mulher pode ter um comportamento social marcado pela passividade e viver sua sexualidade de forma ativa. Da mesma forma, nem sempre,

os homens buscam dominar as mulheres em suas relações sexuais; muitas vezes desejam apenas o prazer, a satisfação sexual para ambos. Também um homem pode ser profundamente masculino e homossexual; e uma mulher com características consideradas masculinas pode ser profundamente hétero etc. Além disso, as teorias de gênero têm se demonstrado insuficientes para explicar várias práticas sexuais, como as dos travestis e transexuais.

Essa visão, hoje compartilhada por muitas feministas, diz que as teorias de gênero não são totalmente capazes de analisar a sexualidade. É uma análise que exige uma investigação mais detalhada de como as categorias adquirem sentido, como se erotizam os objetos, os atos, e como símbolos externos adquirem significado interno e intrapsíquico. Os trabalhos recentes têm dado atenção às grandes formações que organizam a sociedade (economia, política, religião, sistema educacional e de saúde, código penal), mas também têm se detido sobre a forma como essas forças atuam por mediações na vida privada, no casamento, na família, na educação dos filhos, na intimidade.

Um outro aspecto a ser considerado nas relações entre sexo e gênero é o papel dos símbolos e das representações. Existem contradições e ambigüidades internas. As pessoas não são recipientes vazios aos símbolos e à cultura. Ao contrário, elas cumprem um papel ativo na reinterpretação e transformação dos elementos culturais. Para entender a sexualidade necessitamos de mais informações sobre as respostas individuais aos símbolos e imagens. Se partimos de um ponto de vista de que são unitários, deixamos de investigar a experiência e o conhecimento individual. O fato de uma pessoa ver, por exemplo, revistas pornográficas não define que seu comportamento será uma imitação do que ali está representado. Para cada pessoa isso pode ter um significado diferente, de acordo com sua própria interpretação ou elaboração. Da mesma forma, os atos sexuais não têm o mesmo significado para qualquer pessoa que os pratiquem, podendo variar segundo vários elementos a partir da interpretação de cada um.

Conclusão

Para desenvolver a discussão sobre sexualidade é necessário reconhecer os limites de nosso conhecimento nesta área e lidar com as tensões entre a especificidade e a generalização, sem cair na idéia de que a experiência é individual e, portanto, não se pode estabelecer nenhum tipo de generalização.

A total liberdade na vivência da sexualidade implica mudança de ambos os gêneros. As feministas defendemos as mulheres e suas possibilidades de exercer sua sexualidade de forma prazerosa, porém reconhecemos a necessidade de mudanças também das próprias mulheres devido à construção de gêneros.

O feminismo tem insistido que o debate em torno da sexualidade contribui para recuperar a auto-estima e buscar a autodeterminação. Autodeterminação que segue caminhos múltiplos e variados. A conseqüência dessa abordagem é o reconhecimento da necessidade de uma política audaz e de afirmação da sexualidade das mulheres que cobra a criação de espaços para o debate e a abertura para a compreensão das vivências. Além disso, como já foi assinalado, é necessário ter consciência dos perigos e da vulnerabilidade em que se encontram as mulheres quando estão mais visíveis. Isso implica a responsabilidade de uma ação consciente, que impulse as mediações de um processo de mudança ao mesmo tempo que estimula os espaços de luta social construídos em torno da questão.

O feminismo luta também por mudanças materiais que permitam tanto às mulheres como aos homens experimentar uma sexualidade menos vinculada e menos moldada pelo gênero. Essas mudanças incluem a igualdade social e econômica, o fim da heterossexualidade obrigatória, o acesso à anticoncepção, o direito ao aborto e à educação sexual.

Abordar a questão da sexualidade em público ainda não é uma questão fácil, embora seja um dos temas de maior interesse dentro dos grupos de mulheres, até mesmo pela ausência de espaços de discussão mais amplos. E creio que temos a tarefa de ser mais ofensivas para a construção de uma política em relação à sexualidade que concorra para fortalecer as mulheres e sua auto-estima. O que contribuirá

para que possamos viver de fato uma postura ativa e exploratória de nosso desejo, conscientes das contradições. Isso poderá garantir uma ação propositiva, uma postura afirmativa, que ajude a romper com o sentimento de desvalorização e, ao mesmo tempo, nos permita defender-nos dos perigos e da vulnerabilidade.

Na esquerda este debate tem sido muito difícil. Ao longo dos anos, as feministas aí presentes têm trabalhado para que a questão das relações igualitárias entre homens e mulheres seja uma prioridade. Atuando nos partidos, enfrentaram o desafio de lutar por tais mudanças dentro de organizações mistas e na construção de um projeto político global para a sociedade. No campo da sexualidade, esta discussão exige compreensão do significado de sua construção histórica e sua organização em sistemas de poder. Gayle Rubin (1989) diz que estes sistemas fazem com que alguns sejam recompensados e outros castigados e punidos. A tarefa da esquerda é colocar esta questão como política, reconhecendo que diz respeito à vida de todas as pessoas, assim como entendemos que o prazer sexual é uma fonte potencializadora de energias e deve fazer parte de uma proposta ampla de relações humanas baseadas na solidariedade e no desenvolvimento de todas as potencialidades de cada um.

Bibliografia

- GARAIZABAL, Cristina. 1992. Sexualidad: una asignatura pendiente. *Nosotros*, Madrid, nº 8, 60 p.
- KATS, Jonathan. 1996. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro, Ediouro, 272 p.
- OLIVARES, Rosa. 1989. Por uma abordagem revolucionária da questão sexual. *Cadernos Democracia Socialista*. São Paulo, Editora Aparte, 43 p.
- OSBORNE, Raquel. 1989. *Las mujeres en la encrucijada de la sexualidad*. Barcelona, Ediciones de les Dones, 208 p.
- _____. 1993. *La Construcion sexual de la realidad*. Madrid, Ediciones Cátedra S.A., 324 p.
- PARKER, Richard G. 1991. *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo, Best Seller, 295 p.

- RUBIN, Gayle. 1989. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carol, org. *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid, Editorial Revolución.
- SEGAL, Lynn. 1995. Repensando la heterossexualidad: las mujeres con los hombres. *Debate Feminista*. Número temático: Sexualidad: teoría y práctica. México, año 6, vol. II, abril, 405 p.
- VANCE, Carol S. 1989. El Placer y el peligro. In: VANCE, Carol, org. *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid, Editorial Revolución, 232 p.
- _____ e SNITOW, Ann B. 1990. Sobre la posibilidad de un debate acerca de la sexualidad dentro del feminismo. In: CALDERÓN, M. e OSBORNE, R., orgs. *Mujer, sexo e poder*. Madrid, Proyecto Mujer y Poder, Instituto de Filosofía. CSIC, Forum de Política Feminista y Comisión Antiagresiones del Movimiento Feminista, 92 p.
- WEEKS, Jeffrey. 1993. *El mal estar en la sexualidad*. Madrid, Talasa Ediciones, 426 p.